

MOÇAMBIQUE: OS CONFLITOS DA INDEPENDÊNCIA E DO PÓS-COLONIALISMO

MOZAMBIQUE: THE CONFLICTS OF INDEPENDENCE AND POST-COLONIALISM

Egly Sterfane da Silva Borges ¹

Resumo: Este artigo tem objetivo de analisar os aspectos coloniais e pós-coloniais em Moçambique durante o processo de independência e pós-independência, buscando refletir como os processos históricos-sociais fragmentaram a sociedade moçambicana. A subalternização e o silenciamento do sujeito negro, por meio dos processos colonizadores, provocaram uma crise na cultura, na tradição e na organização social do país. As estruturas do colonialismo continuam sendo reproduzidas na sociedade moçambicana mesmo após a independência, gerando conflitos que interferem na vida e na liberdade dos sujeitos nativos. Desse modo, aqui, se investigou por meio da pesquisa bibliográfica como as práticas coloniais são reproduzidas em Moçambique, por meio das lutas pós-coloniais entre os principais partidos políticos que garantiam estar buscando a autonomia e a liberdade do povo moçambicano.

Palavras-chave: Moçambique. Colonização. Independência. Portugal.

Abstract: This article aims to analyze the colonial and post-colonial aspects in Mozambique during the independence and post-independence process, seeking to reflect on how historical-social processes fragmented Mozambican society. The subordination and silencing of the black subject, through colonizing processes, caused a crisis in the country's culture, tradition and social organization. The structures of colonialism continue to be reproduced in Mozambican society even after independence, generating conflicts that interfere with the lives and freedom of original peoples. We will investigate through bibliographical research how colonial practices are reproduced in Mozambique, through post-colonial struggles between the main political parties that guaranteed autonomy and freedom to the Mozambican people.

Keywords: Mozambique. Colonization. Independence. Portugal.

1 Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação na Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC-TO). Graduada e Mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Música, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7495426084444920>. ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-5958-8767>. E-mail: egly@mail.uft.edu.br

Introdução

Moçambique é um país localizado a sudeste do continente africano, foi colônia portuguesa conquistando sua independência no ano de 1975. A violência presente em Moçambique, atualmente, pode ser pensada como um legado da colonização, pois as comunidades se fragmentaram de tal forma que, mesmo estruturadas por autoridades tradicionais, como no passado, há uma disputa com outros poderes advindos da permanência estrutural de Estado.

Os modos de vida, os valores, as práticas sociais coloniais são resistentes mesmo após a independência, gerando uma disputa de poderes em várias esferas. Nos dias atuais, além do legado colonial, os países convivem com a neocolonização, que tornam as ex-colônias em países extremamente vulneráveis ao capital estrangeiro e ao pensamento abissal (SANTOS, 2003).

A colonização configurou-se não apenas na exploração dos povos e dos espaços, mas também no aniquilamento das organizações sociais locais. As estruturas do país de Moçambique são transpassadas pelos conflitos históricos que ocorreram no território mesmo antes de ser considerado um país, evidenciando principalmente os impactos e os problemas sociais causados pela exploração europeia.

Existem diversas violências que o povo moçambicano sofreu durante a guerra civil (1977). Os impactos do colonialismo e do pós-colonialismo formaram um Estado em que legítima, por meio das práticas culturais, a violência física e sexual, a opressão e os mecanismos que mantêm os sujeitos nativos em condições subjugadas ainda nos dias atuais.

A luta pela independência de Moçambique

Moçambique foi colonizado por Portugal e passou por inúmeros conflitos, incluindo uma guerra civil logo após sua independência, em 1975. No entanto, as décadas anteriores, de 1950 e 1960, são marcadas pelas lutas que desencadearam outras independências no continente africano¹. Vários fatores foram determinantes para essas revoluções. A Segunda Guerra Mundial contribuiu significativamente para o processo de liberdade das colônias. Apesar dos portugueses não se envolverem diretamente com a guerra, isso não impediu que o país sofresse uma crise econômica, já que houve bloqueios nas rotas marítimas.

Em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e Portugal passa a integrá-la em 1955. Assim, é pressionado a “descolonizar” os territórios dominados embora “a resposta portuguesa negava a existência de tais territórios reafirmando, o princípio das “províncias ultramarinas”, o que gerou protestos do bloco afro-asiático.” (GUILLEN, 2007, p.23).

Nesse mesmo ano, aconteceu a Conferência de Bandung², na Indonésia, fortalecendo as organizações dos movimentos que lutavam pela independência dos territórios colonizados. Com o fim da segunda guerra mundial, surgem duas grandes potências econômicas: Estados Unidos da América (USA) e a União Soviética (URSS), que protagonizaram a guerra fria³, expandindo as lutas das colônias africanas:

1 Na década de cinquenta, ficaram independentes os seguintes países: Tunísia, Líbia, Sudão, Marrocos, Gana, Guiné (República Popular). Na década de sessenta, conseguiram a independência: Camarões, Togo, Madagascar, Somália, Mali, Benin, Nigéria, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Gabão, Senegal, Maurítânia, Serra Leoa, Ruanda, Burundi, Argélia, Uganda, Quênia, Malauí, Zâmbia, Tanzânia, Gâmbia, Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício e Guiné Equatorial. Na década de setenta surgiram os países independentes: Congo, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde, Comores, Angola, Seychelles, Djibouti e Suazilândia. A década de 60 é marcada pelo início da guerra colonial em Angola, Guiné Bissau e Moçambique. Esse é o fator qualitativo que vai se somar às intensas pressões internacionais pela descolonização. Em 1961, inicia-se a guerra em Angola; Salazar reage à crise com o envio de tropas e ficou famosa a sua frase “Para Angola rapidamente e em força!” (GUILLEN, 2007, p. 25).

2 A Conferência Afro-Asiática ou Conferência de Bandung, como também é conhecida, foi um marco, uma referência e uma inspiração no período da Guerra Fria para povos e países do chamado Terceiro Mundo (REIS; RESENDE, 2019, p. 311).

3 Conflitos após a Segunda Guerra Mundial envolvendo duas grandes potências econômicas mundiais: USA e URSS.

Nesse cenário a África se apresentava como uma nova possibilidade de ampliar o comércio norte-americano, com o enfraquecimento das antigas metrópoles coloniais europeias. As ações dos EUA na ONU estavam a serviço dessa política e pressionava Portugal, condenando o colonialismo; ainda que se desse a independência para as colônias através de um processo negociado, mas que levasse ao fim o colonialismo dos países europeus (GUILLEN, 2007, p. 25).

O império português nega a independência de suas colônias, pois negociar a liberdade das regiões africanas “significaria perder o controle” (GUILLEN, 2007, p. 29) para as grandes potências econômicas mundiais. Em 1960, as forças armadas de Portugal começaram a se reorganizar, pois as colônias moçambicanas já apresentavam sinais de preocupação para Portugal.

No entanto, o exército colonizador presente em Moçambique era constituído por soldados nativos que foram recrutados e levados a pensar que a participação no exército português era um privilégio, como aponta Cabaço (2007):

Companhias de soldados e carregadores nativos, sob o comando de oficiais portugueses, foram recrutados em massa para suprir a escassez de efetivos do contingente expedicionário português que, no norte de Moçambique, combateu, na Primeira Guerra Mundial, as tropas alemãs do General Von Letow Vorbeck, (constituídas, na sua esmagadora maioria, por nativos – os askaris). Não há números exatos de recrutamento africano, mas estima-se que atingiu os 100.000 homens (CABAÇO, 2007, p. 353).

Desse modo, Portugal começou a dominar várias aldeias sob o comando militar, evidenciando uma imagem de preocupação social e buscando a empatia do povo para, estrategicamente, inflamar o sentimento de revolta contra os militantes que estavam surgindo:

Eram três os alvos da APSIC: o principal, conquistar a simpatia e adesão das populações (“os corações e as mentes”); o segundo desmoralizar os militantes e os guerrilheiros, diminuindo sua capacidade combativa, por último sobre suas próprias tropas[...] (CABAÇO, 2007, p. 348).

Com o fortalecimento de uma resistência local, principalmente, da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, precisaram mudar as estratégias envolvendo, agora, os moçambicanos nas ações militares portuguesas que antes eram negadas, tal qual expõe Cabaço (2007):

Em 1969 foi tomada uma nova decisão, alargando o envolvimento de moçambicanos nas ações militares portuguesas. O comando da RMM deliberou que, ao nível dos batalhões estacionados em áreas operacionais em Cabo Delgado, se deveriam constituir unidades formadas por africanos recrutados na região que, após um treino de seis semanas neste batalhão, regressaram à povoação de origem para atuarem com força operacional de reforço, cada grupo era comandado por um alferes e enquadrado por três sargentos, selecionados entre os quadros do respectivo batalhão, em regime voluntariado (CABAÇO, 2007, p. 356).

Em 1962 surgiu em Moçambique o movimento FRELIMO que tinha como objetivo a luta pela independência do país. Com seu surgimento, intensificou-se as medidas operacionais nas aldeias que buscavam evitar o contato de militantes guerrilheiros com a população transformando, assim, as aldeias em campos de refugiados, estratégia psicológica desenvolvida pelos países aliados, como a França e a Inglaterra, que consistia em oferecer assistência sanitária e educativa para a população.

Portugal garantiu informações para o exército, pois a população, sentindo-se protegida,

denunciava as tentativas de infiltração dos militantes:

Os oficiais que haviam estagiado nas academias e nos teatros de guerra britânicas e francesas, regressados a Portugal divulgaram seus conhecimentos [...] com base na experiência recolhida, alguns destes oficiais elaboraram um manual, adaptado à legislação e as características das colônias, que foi superiormente aprovado: O Exército na Guerra Subversiva – um trabalho dividido em cinco livros que foi publicado em 1963 (CABAÇO, 2007, p. 347).

As forças armadas portuguesas, diante desse conflito da independência moçambicana, num primeiro momento, documentaram ações que asseguraram o domínio de Portugal por meio de métodos que abordavam três dimensões: o combate, a ação psicológica e o apoio às autoridades civis. Uma estratégia de colonização que fazia parte da descrença da população em suas autoridades tradicionais foi a política da *indirect rule*⁴:

Neste período as autoridades tradicionais constituíam o elo que permitia às Companhias concessionárias controlar e enquadrar as populações africanas, nomeadamente ao serem utilizadas para manter a ordem, recolherem o «imposto de palhota», e recrutarem a mão-de-obra africana. Assim pode afirmar-se que a administração colonial, do Estado ou das Companhias, não exercia uma autoridade e um controlo direto sobre as populações, mas utilizava os sistemas políticos locais para esse efeito, numa espécie de indirect rule, do interesse da própria administração colonial que, nesta fase, era manifestamente incapaz de controlar as vastas extensões de território e a população sob o seu domínio (FLORÊNCIO, 2004, p. 98, grifo no original).

A administração colonial também usou os moçambicanos para exercer seu plano político de dominação, pois não puderam contar apenas com os portugueses.

Os chefes tradicionalistas no pós-independência

As comunidades existentes em Moçambique já tinham suas organizações, constituindo como forma de autoridade as práticas religiosas e as culturais. Os chefes das etnias tinham uma grande autonomia política “[...] as obediências às suas ordens são gerais, e o que mantém o prestígio não é a riqueza e o poder, é a ideia da mística de que a nação vive por ele como o corpo vive pela cabeça [...]” (ZAMPARONI, 2012, p. 163). Desse modo, o poder colonial passou a integrar as estruturas tradicionais aos seus serviços, porém

Os novos chefes e régulos nomeados pelas autoridades portuguesas, entretanto, não eram meros fantoches, aleatoriamente impostos. Os administradores das colônias sabiam que, se um régulo submetido contasse com certa legitimidade e respeito entre seus súditos, mais facilidade teriam no cumprimento das determinações que lhes fossem imputadas, e procuravam então nomear, preferencialmente pessoas que tivessem alguma legitimidade fundada nas estruturas de poder anterior à dominação nguni [...] (ZAMPARONI, 2012, p. 163).

A colonização impactou as comunidades tradicionais ao ponto de, na independência, levantar a bandeira contra o tribalismo, como uma medida favorável à ideia de nação. A partir do momento em que a FRELIMO passou a governar o país, os chefes tradicionais foram considerados

4 Ordens indiretas (tradução livre).

aliados dos portugueses, pois a participação na administração colonial os tornaram agentes diretos de Portugal. As autoridades tradicionais moçambicanas atuaram em favor do poder colonial, pois “estavam obrigadas a transmitir ordens, fornecer homens requisitados para as forças militares e trabalhadores para o chibalo, a efetuar o arrolamento para arrecadação do imposto de palhota [...]” (ZAMPARONI, 2012, p. 164).

A partir de 1975 inicia-se um novo projeto político para Moçambique em que são negadas as estruturas existentes, de acordo com Florêncio (2004, p. 102) as autoridades desempenhavam duplo papel entre as organizações dos colonizadores e entre as comunidades populares.

Nesse sentido, a FRELIMO define grande parte dos chefes tradicionais como colaboradores da colonização e inicia no seu governo um processo de destituição de autoridade, como constatou Florêncio (2004):

As populações eram convocadas pelos Grupos Dinamizadores (GDs) para assistirem a assembleias populares, banjas, nas quais eram informadas que a Frelimo tinha decidido abolir o sistema de regulados e que, por conseguinte, os régulos e demais autoridades tradicionais deixavam de exercer funções oficiais. Em certos casos este processo de destituição foi bastante violento e humilhante para as autoridades tradicionais, pois eram objeto de um forte vexame público (FLORÊNCIO, 2004, p. 103).

Essa ação provocou nos tradicionalistas, especialmente em grande parte da comunidade rural, um grande descontentamento, resultando no apoio a Resistência Nacional Moçambicana - (RENAMO) que, por sua vez, incorporou como aliado o discurso dos tradicionalistas, fortalecendo-se para iniciar a guerra pelo poder do país.

Parte da população moçambicana, como os jovens e as mulheres, apoiaram a abolição da autoridade tradicional, pois com o plano de governo da FRELIMO seriam mais autônomos. Porém, outra parte da população, como aponta Florêncio (2004, p.113), se identificava com os chefes tradicionais, uma vez que acreditavam representar as identidades e a cultura local das quais queriam preservar.

A subalternização do sujeito moçambicano

Antes de Portugal chegar em Moçambique, o país era dividido reinos, porém, com a presença colonial portuguesa, deu-se início a urbanização europeia, que segmentou estes grupos:

[...] as cidades resultantes da implantação colonial portuguesa em Moçambique foram caracterizadas pela coexistência de duas áreas: uma que albergava população de origem europeia e asiática, com um traçado geométrico que indicava preocupações com o planejamento urbano e; outra, não planejada e com infraestrutura precária (BAIA, 2011, p. 4).

Nessa política, existia uma série de estratégias para inferiorizar o colonizado. Frantz Fanon (2008, p. 28) discorreu sobre a alienação colonial, apresentando-a como uma doença psíquica estruturada historicamente e socialmente. Para o psiquiatra, a raça negra e branca são construções coloniais em que o negro é inferiorizado e reduzido a estereótipos que permitem, inclusive, o questionamento de suas capacidades intelectuais. Para ser aceito é preciso embranquecer-se: “pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco” (FANON, 2008, p. 104), servindo, assim, como espaço de dominação, considerando que sua existência, a partir do seu corpo negro, é anulada

Conforme Corrêa (2016) aponta, a ideia de razão é também uma consequência da colonização europeia servindo para excluir identidades consideradas irracionais, já que o branco foi eleito o sujeito da raça superior, “aquela que representa a civilização ocidental.” (CORRÊA, 2016, p. 79). Nas sociedades modernas estes conceitos foram estabelecidos para desumanizar o outro,

ou seja, o não ocidental. De modo que, apenas uma raça e uma cultura fosse reconhecida como superior, alargando as formas de exploração e de preconceitos que se estendem até os dias atuais:

Foi com a inferiorização dos indígenas da América que a Europa legitimou o seu extermínio, a evangelização, a expropriação, a escravização, etc. Foi por meio do discurso de inferiorização que a Europa escravizou negros africanos e os comercializou como mercadorias. (CORRÊA, 2016, p. 79)

Existe uma classificação mundial das populações, tornando necessário saber por que razões existiram estas divisões e quem as fizeram para poder repensar o lugar do não ocidental na sociedade dando-lhe autonomia para questionar os diversos preconceitos que sofrem. É por meio do discurso que os renascentistas europeus conceituam o homem.

Para Corrêa (2016, p. 80) foi a partir desse momento que alguns povos começaram a perder seus direitos e sua humanidade, “como por exemplo, a dominação dos povos originários da América, visando a expropriação de suas terras.” (CORRÊA, 2016, p. 80). Desse modo a raça e a identidade servem para classificar as relações, determinando o grupo dominador e o grupo dominado

Os atores que realizam e mantêm a classificação racial são quem falam pelos humanos. O homem europeu, cristão, e do sexo masculino tomou para si, em desconsideração às outras populações, a universalidade do conhecimento. [...]Esta inferiorização dos humanos não brancos – seres não dotados de razão e, por isso, bárbaros que devem ser civilizados ou que podem ser usados como meios para o “progresso” – torna a vida desses descartável. (CORRÊA, 2016, p. 82)

O processo de humanização concebe o “ser humano moderno, como homem, branco, cristão, burguês, proprietário e heterossexual impõe que se reconheça somente o idêntico, tendo como consequência a coisificação do outro[...]”. (CORRÊA, 2016, p. 84). Essas diferenças classificadas em superior e inferior viabilizam a exclusão dos sujeitos não hegemônicos. Tornando-o um sujeito de identidade inferior ao comparado com a raça branca.

Sendo assim, o negro é marginalizado por contrapor a raça dominante que legalizou sua exploração e dominação nos períodos coloniais. É neste contexto que as mulheres negras se tornam as mais passíveis a opressão e violência. A objetificação do negro, além de servir como argumento de dominação, causa danos psicológicos, explica Corrêa (2016, p. 83), uma vez que gera o sentimento de inferioridade oportunizado pela sociedade por meio de suas práticas e que “cuja consistência depende da manutenção deste complexo, uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça.” (CORRÊA, 2016, p. 87).

A partir dessa desumanização, o negro desencadeia a necessidade de ter a identidade reconhecida, mas para que isso seja possível é preciso incorporar a identidade da raça dominadora. Nessa dinâmica de negar sua cultura para assumir a ocidental, o negro assume o lugar de subalterno, pois para ser aceito precisa “se encaixar em categorias preestabelecidas que o estigmatizam.

Diversos discursos são conduzidos para definir o negro como feio, sexual ou mal. Alienado, o negro se aprisiona numa identidade falsa.” (CORRÊA, 2016, p. 87). Para refutar este pensamento alienado é preciso que o negro não queira ser branco, mas assumir-se negro buscando a igualdade de direitos que a raça branca possui.

Após todo o processo de colonização, em 1975 a FRELIMO conquistou a independência de Moçambique. O movimento político governará o país sob uma perspectiva socialista, buscando romper com os ideais da colonização portuguesa. No entanto, para executar esse plano político, o movimento entra numa conflituosa situação com os grupos tradicionais do país ao tentar uma iniciativa modernizadora, tal qual assevera Moraes (2016, p. 45).

O país de Moçambique passa por grandes tensões políticas desde o momento que a FRELIMO assumiu o poder, após a independência. De acordo Lourenço (2007), o projeto político da FRELIMO relativizou a força dos chefes tradicionais comparando-os a “colaboradores disfarçados do colonialismo e desacreditados aos olhos da população rural” (LOURENÇO, 2007, p. 196), o novo

governo teve dificuldades em compreender as resistências das autoridades tradicionais em deixar seus espaços assumindo uma nova política, com exceção os das zonas libertadas.

Destarte, a falta de experiência dos jovens administradores fez com que os povos das comunidades rurais recorressem as chefaturas locais, uma vez que “os agentes políticos locais da Frelimo não manifestavam empenho, ou conhecimento para lidar com algumas particularidades das comunidades rurais” (LOURENÇO, 2007, p. 197), ao contrário das chefaturas locais que estavam mais comprometidas para solucionar os problemas que envolviam as práticas tradicionais⁵.

No entanto, o surgimento da Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO, no final dos anos 70, muda o cenário político de Moçambique. Amparados por Portugal, que ambicionava permanecer no poder de algum modo, a resistência tinha intenções de combater a FRELIMO. Os dois movimentos representam duas grandes oposições: de um lado, um discurso pós-independência que busca romper com os sistemas de governo colonial, representado pelo movimento FRELIMO; do outro, a RENAMO que, se aproveitando das insatisfações das autoridades tradicionalistas, buscavam reassumir a cultura e o poder das instituições rurais tradicionais. Essas discordâncias no sistema político do país resultaram, logo após a independência, numa guerra civil que durou quase duas décadas.

Com o *Acordo de Paz*⁶ assinado em 1992 entre os dois movimentos, FRELIMO e RENAMO, a guerra chega ao fim. Assim, o ideal de “Homem Novo” é repensado, pois “a FRELIMO subestimou que a construção da unidade nacional se fazia em estreita interação, sempre conflitual, com identidades já existentes” (CABAÇO, 2007, p. 416). A partir de então, o discurso político da FRELIMO passa a integrar a participação de autoridades locais, reconhecendo, de certo modo, a importância política das autoridades tradicionalistas.

Considerações Finais

Ao referir-se à identidade cultural ou política de Moçambique faz-se necessário pensar na construção dos seus sujeitos que foram manipulados pelo pensamento europeu. De acordo com Santos (2007, p. 71), a sociedade moderna possui uma estrutura que se baseia na exclusão de algumas realidades sociais, o que chamou de pensamento abissal, ou seja, um sistema de invisibilidade com a existência de dois lados em que um anula o outro.

Essas estruturas sociais são interdependentes, pois para uma realidade existir é necessário se negar a outra. Durante as colonizações, o conhecimento ocidental estabeleceu uma linha de divisão mundial que consiste em definir o legal e o ilegal, ou seja, o que merece ser compreendido e o que deverá ser excluído.

A guerra civil em Moçambique fragmentou, ainda mais, o país em vários aspectos, mas principalmente no que diz respeito à sua identidade. O apagamento social não se dá apenas pela memória e tradição dos mais velhos, mas também pela marginalização ideológica de um país que incorpora uma política exportada do ocidente. Podendo, assim, observar mediante os processos políticos no pós-guerra civil que a comunidade moçambicana independente continua a reproduzir opressões, estereótipos e violência contra legitimidade da existência do corpo negro sujeito social.

A Europa considerou que as práticas dos povos colonizados, nos períodos pré-coloniais, eram ilegítimas. De modo que as leis ou qualquer organização das diversas comunidades dominadas fossem invisibilizadas, pois não se moldavam no que foi constituído legítimo de existência pelo sistema europeu. Essa anulação apresentada por Santos (2007) revela como os conhecimentos foram condicionados, de maneira que até hoje a produção de ciência dos países que foram colonizados são precarizados instaurando uma hierarquização das vivências humanas. A partir desse conceito eurocêntrico, o Ocidente se posiciona como parâmetro universal do saber

Dessa forma, a ocupação do que não existe é uma forma de justificar, pelos conceitos do

5 Os assuntos envolvendo as crenças e as práticas religiosas, tal como rituais de iniciação, as práticas de feitiçaria afastavam os administradores da FRELIMO da comunidade rural, pois a política do partido socialista buscava se distanciar desses costumes.

6 Processo conduzido pela ONU para dar fim ao conflito entre Moçambique e Portugal, tornando os moçambicanos livres da colonização portuguesa.

colonizador, a violência aplicada nos espaços invisibilizados, afinal, “o colonial constitui o grau zero a partir do qual são construídas as concepções modernas de conhecimento e direito” (SANTOS, 2007, p. 74).

O fim do colonialismo não veio com a independência dos países colonizados, pois “a violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados frente aos seus “superiores”; procura desumanizá-los” (FANON, 1968, p. 09).

As desigualdades sociais e de gênero, o racismo e a elitização de conhecimentos são alguns dos resultados decorrentes dessas práticas que classificam os sujeitos modernos, ignorando suas vivências antes do contato colonial. O discurso colonial vê e constrói apenas dois lados: o certo e o errado; o legal e ilegal - as múltiplas diferenças culturais e de autoidentificação existentes nas colônias são excluídas e tornam-se invisíveis, marcando, no mundo moderno, o espaço do colonizador e do colonizado, mesmo em territórios independentes.

A sociedade moderna continua reproduzindo as práticas que deram origem a teoria do pensamento abissal, alcançando não somente os territórios coloniais, mas também as grandes metrópoles, agora, acessível por sujeitos originários das colônias. Os espaços metropolitanos que se encontravam demarcados desde o início da modernidade ocidental deste lado da linha estão sendo invadidos ou perpassados pelo colonial. Mais ainda, o colonial demonstra um nível de mobilidade imensamente superior ao dos escravos fugidos.

Nessas circunstâncias, o abissal metropolitano se vê confinado a um espaço cada vez mais limitado e reage remarcando a linha abissal (SANTOS, 2007, p. 79). Sendo assim, é preciso combater esse pensamento de exclusão, buscando estreitar a relação desigual entre os poderes sociais.

Desde os estudos do pós-colonialismo, sabe-se que as formas de dominação nos países colonizados ainda permanecem, embora fundamentados em outros sistemas, como o domínio via capitalismo, o racismo e outros. Essas divisões de classe, raça, trabalho e de supremacia cultural, que mantêm o sistema econômico e político mundial, são construções históricas preservadas para reproduzir um poder dominante e hegemônico.

Identidades foram apagadas durante o processo de colonização e outras foram criadas, no entanto, subalternizadas, legitimando um processo de dominação que segregou povos distintos, reduzindo-os em um único grupo como aconteceu com as várias etnias indígenas. Desse modo, percebe-se que o neocolonialismo possui uma estreita relação com os primeiros exercícios do capitalismo segmentando grupos por meio de uma política arbitrária que perdura até os dias atuais.

Referências

BAIA, Alexandre H. M. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 03 - 30, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74202>. Acesso em 07/03/2021.

CORRÊA, Fernanda Müller. Opressão e alienação no discurso colonialista: a experiência do negro como identidade inferiorizada. **Revista Interdisciplinar dos Direitos Humanos**, Bauru v. 4, n. 2, p. 77-92, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/390>. Acesso em 23/06/2021.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. 2007, 475f. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLORÊNCIO, Fernando. **Autoridades Tradicionais e Estado moçambicano: o caso do distrito do**

Búzi. **Caderno de Estudos Africanos**, p. 89-115, jun-jul. 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1051>. Acesso em 11/04/202

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. **A descolonização da África e o Luso-tropicalismo**: repercussões no Brasil e em Portugal. 2007, 156f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? **Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais**. 195-207, mai/jun de 2007. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7727/1/artigos6.pdf> . Acessado em 05/06/2021.

MORAIS, Maria Perla Araújo. As autoridades tradicionais e a guerra civil moçambicana em *Ventos do apocalipse*, de Paulina Chiziane. **Revista Mulemba**. Rio de Janeiro, volume 14, número 2. Jul – dez 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/5337> .Acesso em 02/10/2020.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/NAIARA/Downloads/61231-Template%20da%20submiss%C3%A3o-229539-1-10-20190712.pdf>. Acesso em 07/03/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%2C%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf . Acesso em 04/05/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004 Acesso em 22/10/2020.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **De escravo a cozinheiro**. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.

Recebido em 02 de junho de 2022.

Aceito em 16 de maio de 2023.